

**Armazém Mateus S.A.**

Demonstrações Contábeis acompanhadas  
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	11

# Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Pça. Carlos Chagas, 49  
4º andar  
Santo Agostinho  
Belo Horizonte | MG | Brasil  
T +55 31 3289.6000  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Armazém Mateus S.A.**  
São Luis – MA

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Armazém Mateus S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Armazém Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Concentração de vendas para partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13, que evidencia que quase a totalidade das vendas da Companhia é para a parte relacionada Mateus Supermercados S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2018



Daniel Menezes Vieira  
CT CRC MG-078.081/O-1 "S" – MA

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 "S" – MA

## Armazém Mateus S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	45.785	21.598
Clientes	4	607.995	443.206
Estoques	5	814.808	760.870
Tributos a recuperar	6	3.591	8.546
Outros ativos	7	2.344	1.607
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>1.474.523</u>	<u>1.235.827</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	3.1	7.472	-
Partes relacionadas	13	238.266	344.141
Tributos a recuperar	6	14.948	7.885
Outros ativos	7	423	1.052
Depósitos judiciais	14.b	1.541	793
		<u>262.650</u>	<u>353.871</u>
Imobilizado	8	230.824	166.566
		<u>230.824</u>	<u>166.566</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>493.474</u>	<u>520.437</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>1.967.997</u>	<u>1.756.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Armazém Mateus S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	10	33.296	102.221
Debêntures	11	28.114	16.996
Fornecedores	9	411.743	460.945
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	50.967	44.295
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>524.120</u>	<u>624.457</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	10	89.725	32.419
Debêntures	11	165.417	88.542
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	651	230
Provisão para riscos	14.a	1.051	2.831
Partes relacionadas	13	32.228	28.797
Outros Passivos	-	1	1.000
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>289.073</u>	<u>153.819</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.a	977.907	236.607
Reserva legal	15.b	8.841	25.827
Reserva de incentivos fiscais	15.b	167.976	591.131
Reserva de lucros	-	80	124.423
		<u>1.154.804</u>	<u>977.988</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>1.967.997</u></u>	<u><u>1.756.264</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Armazém Mateus S.A.

### Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita líquida de vendas	17	4.482.762	4.227.189
Custo das mercadorias vendidas	18.a	(3.882.690)	(3.597.432)
<b>Lucro bruto</b>		----- 600.072	----- 629.757
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	18.b	(376.121)	(333.267)
Outras receitas e despesas	-	1.310	(1.664)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		----- 225.261	----- 294.826
<b>Resultado financeiro</b>	19		
Despesas financeiras	-	(59.101)	(40.081)
Receitas financeiras	-	8.828	7.476
		----- (50.273)	----- (32.605)
<b>Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social</b>		----- 174.988	----- 262.221
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.a	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.b	1.828	1.614
<b>Lucro líquido do exercício</b>		----- 176.816	----- 263.835
<b>Lucro por ação</b>		----- 0,18	----- 1,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Armazém Mateus S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva incentivos fiscais</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		236.607	12.635	340.488	124.423	714.153
Lucro líquido do exercício		-	-	-	263.835	263.835
Constituição da reserva incentivos fiscais	15.b_20	-	-	250.643	(250.643)	-
Constituição reserva legal	15.b	-	13.192	-	(13.192)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		236.607	25.827	591.131	124.423	977.988
Lucro líquido do exercício		-	-	-	176.816	176.816
Integralização de capital social	15.a	741.300	(25.827)	(591.131)	(124.342)	-
Constituição da reserva incentivos fiscais	15.b_20	-	-	167.976	(167.976)	-
Constituição reserva legal	15.b	-	8.841	-	(8.841)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>977.907</u>	<u>8.841</u>	<u>167.976</u>	<u>80</u>	<u>1.154.804</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Armazém Mateus S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício antes dos impostos	174.988	262.221
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciações	22.647	19.656
Ganho (perda) na venda do imobilizado	-	62
Crédito de liquidação duvidosa	7.157	1.915
Provisão para juros	9.745	-
Provisão para riscos	(1.780)	1.663
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Clientes	(171.946)	(64.445)
Estoques	(53.938)	(243.037)
Tributos a recuperar	(2.108)	(4.242)
Partes relacionadas	105.875	(122.823)
Depósitos judiciais	(748)	155
Outros ativos	(108)	(371)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>		
Fornecedores	(49.202)	131.688
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.093	8.985
Outros passivos	(999)	128
Impostos diferidos passivos	1.828	1.614
<b>Caixa gerado (aplicado nas) pelas operações</b>	48.504	(6.831)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>	48.504	(6.831)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Acrécimo do imobilizado	(86.905)	(38.695)
Títulos e valores mobiliários	(7.472)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	(94.377)	(38.695)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captações de empréstimos e debêntures	262.929	373.656
Amortizações de empréstimos e debêntures	(196.300)	(349.001)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	66.629	24.655
<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>		
Partes relacionadas	3.431	(5.259)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas</b>	3.431	(5.259)
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	24.187	(26.130)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	21.598	47.728
No final do exercício	45.785	21.598
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	24.187	(26.130)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Armazém Mateus S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luis – Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país. A Companhia possui 5.445 funcionários e 13 centros de distribuição, quadro acionário esta indicado na Nota Explicativa nº15.

Sua principal operação é o abastecimento das unidades do Supermercado Mateus, uma parte relacionada, a qual representa 86% de suas receitas em 2017 e 2016 de suas vendas.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria da Companhia em reunião realizada em 12 de abril de 2018.

## 2. Políticas contábeis adotadas

### 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.2. Principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo através do resultado".

### **c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas, quando aplicável da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

**d) Estoques**

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nos centros de distribuições da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

**e) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 8. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

**f) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

#### **g) Empréstimos, financiamentos e debêntures**

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

#### **h) Arrendamento mercantil financeiro**

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre os encargos financeiros e a redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

#### **i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

#### **j) Tributação sobre a renda**

##### **Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### **Impostos diferidos**

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### **Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **k) Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda; **(4)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

#### **Ativos financeiros**

##### **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

##### **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

##### **3) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.



#### **4) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, no caso da Companhia, compreendem as contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 4).

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

##### **1) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

São classificados como passivos financeiros as contas a pagar para fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado.

Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e registrados considerando o valor presente, ou seja, total do empréstimo ou financiamento deduzidos os encargos a transcorrer.

##### **2) Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tomados representam, principalmente, operações de giro e de aquisição de ativo imobilizado e são contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com as taxas contratuais.

##### **3) Baixa de passivos financeiros**

A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**l) Distribuição de lucros (dividendos)**

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

**m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes as dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

**n) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**o) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**p) Lucro do exercício por ação**

O resultado por ação básico é calculado através do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ ou negociação de ações.

**2.3. Principais julgamentos, criterios e estimativas contábeis**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

**a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

**b) Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

**c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

#### d) Provisão para perdas

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.

#### e) Provisões para riscos

Provisão por causas trabalhistas e cíveis são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

### 2.4. Novas normas contábeis

#### 2.4.1. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2017

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge.	01/01/2018
IFRS 15 - Receita de contrato com clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	01/01/2018
IFRS 16 - Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e numerários em trânsito:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	37	162
Bancos	35.364	13.337
Aplicações financeiras	10.384	8.099
	<b>45.785</b>	<b>21.598</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 0,69 a.m.% do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

#### 3.1 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
BNB reservas	7.372	-
Bradesco previdência	72	-
Brasil capitalizações	28	-
	<b>7.472</b>	<b>-</b>

Trata-se de aplicações financeiras de longo prazo resgatáveis em prazo vencíveis a mais de 12 meses.

### 4. Contas a Receber

#### a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber - títulos a receber	620.523	448.577
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.528)	(5.371)
<b>Total</b>	<b>607.995</b>	<b>443.206</b>

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2016	Adição	2017
PCLD	(5.371)	(7.157)	(12.528)
	<b>(5.371)</b>	<b>(7.157)</b>	<b>(12.528)</b>

Com base na composição analítica do contas a receber e nas informações absorvidas em reunião com o setor de cobrança, foram elaborados critérios para análise do contas a receber, afim de verificar a baixa ou adição de novos títulos nesse período. Foram extraídos os títulos vencidos a mais de 180 dias e que estão nos agentes de cobrança externa ou no jurídico, para saber a representatividade desses no total do contas a receber, chegando assim ao valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## b) Composição dos saldos por idade de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
<b>A vencer</b>	<b>485.256</b>	<b>356.195</b>
<b>Contas a receber - vencidos</b>		
De 1 a 30 dias	62.123	57.249
De 31 a 60 dias	17.033	10.131
De 61 a 90 dias	7.857	4.635
De 91 a 180 dias	12.216	8.358
Acima de 180 dias	36.038	12.009
	<b>620.523</b>	<b>448.577</b>

## 5. Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda	818.536	769.492
Provisão para obsolescência e quebras	(879)	(879)
Bonificações em estoques	(12.874)	(12.022)
Adiantamento a fornecedores	10.025	4.279
	<b>814.808</b>	<b>760.870</b>

## a) Movimentação de provisão para obsolescência e quebras

	2016	Adição	2017
Provisão para obsolescência e quebras	(879)	-	(879)
	<b>(879)</b>	<b>-</b>	<b>(879)</b>

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque recebidas e não realizadas totalizam R\$ 12.874 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 12.022 em 31 de dezembro de 2016). Além disso, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$ 879 (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2016).

## 6. Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a compensar	2.539	753
ICMS a recuperar - CIAP	10.053	7.925
Incentivo a cultura	40	122
IRPJ a recuperar	729	729
CSLL a recuperar	262	262
PIS	-	636
Cofins	-	2.916
IR/ CSLL Diferidos	4.916	3.088
	<b>18.539</b>	<b>16.431</b>
(-) Parcela não circulante	14.948	7.885
<b>Parcela circulante</b>	<b>3.591</b>	<b>8.546</b>

## 7. Outros ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a funcionários	819	827
Seguros a apropriar	286	325
Antecipação para travessia de Balsa	381	455
Precatórios (*)	857	857
Empréstimo dos sócios	424	195
	<b>2.767</b>	<b>2.659</b>
( - ) Parcela não circulante	423	1.052
<b>Parcela circulante</b>	<b>2.344</b>	<b>1.607</b>

(\*) Os precatórios foram homologados junto ao Santander mediante intermediação do Estado do Maranhão no mês de setembro de 2014, que foram compensados com débitos de ICMS a vencer, e baixou 100% dos parcelamentos de ICMS que detinha com o Estado do Maranhão.

A Companhia pagou sobre os precatórios o valor de R\$ 22.000.000 e a expectativa de quitação de débitos junto ao Estado do Maranhão é no total de R\$ 43.200.000. A Companhia registra o ganho na transação somente no ato das compensações e aprovações pelo Estado, ou seja, o valor registrado no ativo refere-se somente aos valores desembolsado deduzidos dos impostos recuperados até o período.

## 8. Imobilizado

## a) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	-	118	-	-	118	240	-	-	358
Edificações	3.475	-	-	-	3.475	350	-	-	3.825
Máquinas e equipamentos	37.629	2.005	(18)	2.966	42.582	14.258	-	-	56.840
Móveis e utensílios	8.585	739	-	4.021	13.345	365	-	-	13.710
Veículos	16.642	1.087	(50)	8.712	26.391	1.002	-	-	27.393
Equipamentos de informática	2.591	880	-	-	3.471	1.380	-	-	4.851
Imobilizações em andamento	3.399	33.866	-	(33.889)	3.376	69.301	-	-	72.677
Edificações em imóveis de terceiros	101.084	-	-	18.190	119.274	9	-	-	119.283
	173.405	38.695	(68)	-	212.032	86.905	-	-	298.937

## b) Movimentação da depreciação acumulada

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Edificações	4	(727)	(138)	-	(865)	(93)	-	(958)
Máquinas e equipamentos	7	(8.134)	(3.506)	2	(11.638)	(4.474)	-	(16.112)
Móveis e utensílios	9	(3.382)	(919)	-	(4.301)	(728)	-	(5.029)
Veículos	18	(4.481)	(3.911)	4	(8.388)	(4.915)	-	(13.303)
Equipamentos de informática	12	(1.561)	(336)	-	(1.897)	(527)	-	(2.424)
Edificações em imóveis de terceiros	11	(7.531)	(10.846)	-	(18.377)	(11.910)	-	(30.287)
		(25.816)	(19.656)	6	(45.466)	(22.647)	-	(68.113)
<b>Saldo</b>		147.589	19.039	(62)	166.566	64.258	-	230.824



## 9. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de produtos	403.508	431.311
Fornecedores de serviços	8.235	9.091
Fornecedores Convênio (Nota Explicativa nº 9.1)	-	20.543
	<b>411.743</b>	<b>460.945</b>

### 9.1 Fornecedores convênio

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

## 10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Arrendamento mercantil (a)	10.440	11.779
Capital de giro	80.278	45.420
FINAME (b)	32.303	29.400
Conta garantida (c)	-	48.041
	<b>123.021</b>	<b>134.640</b>
<b>Não circulante</b>		
Circulante	33.296	102.221
	<b>89.725</b>	<b>32.419</b>

- (a) Os financiamentos para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma dos centros de distribuições atuais possuem juros anuais variando de 1,04% a 1,30% mais correção pela TJLP, e como garantia os próprios bens financiados e duplicatas no valor R\$ 1.358, além do aval dos sócios;
- (b) Os financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos – FINAME possuem taxa de juros anuais variando de 3,5% e correção pela UR – TJLP com variações entre 5,0% na modalidade PSI – Programa BNDES de sustentação ao investimento, e como garantia os próprios bens financiados e duplicatas, além do aval dos sócios;
- (c) Os valores de conta garantida possuem taxas de juros anuais de 1,81%, e tem como garantia o aval dos sócios.

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas e/ ou *covernants*.

### Movimentação dos empréstimos

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>94.160</b>
( + ) Captação de empréstimos	373.656
( + ) Provisão de juros	6.271
( - ) Pagamentos	(339.447)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>134.640</b>
( + ) Captação de empréstimos	158.536
( + ) Provisão de juros	9.745
( - ) Pagamentos	(179.900)
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>123.021</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
2018	-	10.845
2019	23.638	9.452
2020	17.117	7.542
2021	11.453	2.549
2022	9.222	856
2023	8.525	776
2024 e posteriores	19.770	399
	<b>89.725</b>	<b>32.419</b>

#### 10.1. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 12.794 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 15.249 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a tabela a seguir:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo do arrendamento mercantil financeiro</b>		
Pagamentos mínimos do arrendamento	-	-
Menos de um ano	5.444	5.010
De um a cinco anos	4.996	6.767
<b>Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>10.440</b>	<b>11.777</b>
Encargos futuros do financiamento	2.354	3.471
<b>Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>12.794</b>	<b>15.249</b>

#### 11. Debêntures

	<b>Principal</b>	<b>Custo</b>	<b>Encargos</b>	<b>Amortização</b>	<b>IOF</b>	<b>2016</b>	<b>Amortização</b>	<b>2017</b>
Série única	125.000	1.710	7.809	(15.825)	(2.006)	105.538	(16.400)	89.138
1ª Série	60.000	1.854 (*)	3.087	-	-	-	-	63.087
2ª Série	40.000	-	1.306	-	-	-	-	41.306
<b>Total</b>	<b>225.000</b>	<b>3.564</b>	<b>12.202</b>	<b>(15.825)</b>	<b>(2.006)</b>	<b>105.538</b>	<b>(16.400)</b>	<b>193.531</b>

(\*) Valor referente às despesas ocorridas para emissão das duas séries das debêntures.

Em 15 de agosto de 2014 o Armazém Mateus emitiu a série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 125.000, com vencimento em 15 de agosto de 2023 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,3% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Em 10 de janeiro de 2017 o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$ 60.000, e 2ª Série no montante de R\$ 40.000 com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

De acordo com o CPC 08 “Custos de transações e prêmios na emissão de títulos de valores mobiliários”, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e estes custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Seguem as características gerais das debêntures da Sociedade:

#### **Garantias da primeira e segunda emissão**

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário é o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004.

- **Primeira emissão:** série única;
- **Tipo:** simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações;
- **Espécie:** garantia real – os próprios bens;
- **Valor original:** R\$ 125.000;
- **Valor nominal:** R\$ 100 por debênture.
- **Segunda emissão:** duas séries;
- **Tipo:** simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações;
- **Espécie:** garantia real – os próprios bens;
- **Valor original:** R\$ 100.000 (1ª Série 60.000 e 2ª Série 40.000)
- **Valor nominal:** R\$ 1,00 (um real) por debênture.

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	1.250.000	100% DI + 2,30%	Trimestral até agosto de 2015 e trimestral até o vencimento
1ª Série	60.000	100% DI + 3,30%	Trimestral até janeiro de 2019 e trimestral até o vencimento
2ª Série	40.000	100% DI + 3,10%	Trimestral até janeiro de 2018 e trimestral até o vencimento

Condições restritivas financeiras (*covenants*):

- As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, aplicação do recurso na construção do CD e abastecimento do mesmo com estoques.

A Companhia vem cumprindo todas as condições restritivas.

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	<b>31/12/2017</b>
2018	-
2019	33.125
2020	35.625
2021	35.625
2022	28.125
2023	20.417
2024	10.000
2025	2.500
	<b>165.417</b>

## 12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Salários a pagar	8.959	9.941
Provisão de férias	14.604	14.435
Rescisões a pagar	294	300
Contribuição sindical	24	205
INSS a recolher	4.120	4.281
IRRF	920	981
FGTS	1.151	1.159
IRPJ	727	727
CSLL	262	262
ICMS	15.001	11.827
Fumacop	207	75
Pis e cofins retido na fonte	141	52
Pis e cofins a recolher	4.007	-
Outros	1.089	258
ISS	112	22
	<b>51.618</b>	<b>44.525</b>
Circulante	50.967	44.295
<b>Não circulante</b>	<b>651</b>	<b>230</b>

### 13. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>		
Mateus Supermercados S.A. (a)	238.266	344.141
	<b>238.266</b>	<b>344.141</b>
<b>Passivo</b>		
Ind. Pães e Massas.	666	-
Mateus Locações (b)	21.670	19.970
Rio Balsas (c)	7.901	7.901
Posterus Supermercados	139	-
Tocantins Participações	1.852	926
	<b>32.228</b>	<b>28.797</b>
<b>Transações</b>		
<b>Receita líquida de venda de mercadorias/ produtos</b>		
Mateus Supermercados	4.056.828	2.972.210
<b>Despesa de aluguéis</b>		
Tocantins Participações	11.113	12.131
	<b>4.067.941</b>	<b>2.984.341</b>

#### a) Mateus Supermercados S.A.

A Armazém abastece as lojas da Mateus Supermercados, aproveitando seus centros distribuições que estão localizadas próximo às lojas, sanando o problema de abastecimento do Estado do Maranhão.

#### b) Mateus Locações

A Armazém faz sua própria logística e distribuição utilizando-se de veículos locados da Mateus Locações.

#### c) Rio Balsas

A Rio Balsas é detentora da marca do Grupo Mateus, sendo assim a Armazém realiza pagamentos à Rio Balsas referente à locação da marca.

#### 13.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou através de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

#### 13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R\$ 70 no ano de 2017 (R\$ 91 em 2016).

#### 14. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2017, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

- a) A provisão para contingências e riscos, em 31 de dezembro de 2016, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	566	1.153
Cíveis	485	1.678
	<b>1.051</b>	<b>2.831</b>

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 2.746.

Segue a movimentação da provisão para contingências e riscos:

	31/12/2016	Adição/baixa	31/12/2017
Trabalhistas	1.153	(586)	567
Cíveis	1.678	(1.194)	484
	<b>2.831</b>	<b>(1.781)</b>	<b>1.051</b>

#### b) Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Controladora	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas e cíveis	1.541	793
<b>Total</b>	<b>1.541</b>	<b>793</b>

Segue a movimentação da provisão para depósitos judiciais:

	31/12/2016	Adição/baixa	31/12/2017
Trabalhistas e cíveis	793	748	1.541
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>748</b>	<b>1.541</b>

## 15. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social integralizado em 2016 que era de R\$ 236.607 passou a ser de R\$ 977.907 em 31 de dezembro de 2017 e está representado por 97.790 ações nominativas, no valor de R\$ 10,00(dez reais) cada uma.

#### Quadro acionário:

	Valor das ações	% ações
Exitus Holdings S.A.	977.809.210	99,99
Ilson Mateus Rodrigues	97.790	00,01
	<b>977.907.000</b>	<b>100,00</b>

### b) Destinação dos lucros

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir. Não foi contabilizada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, devido a Ata de Reunião dos Acionistas decidiram por não realizar qualquer tipo de distribuição. O montante adicional a esse valor depende de aprovação em Assembleia de Acionistas e será contabilizada somente após essa aprovação:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	176.816	263.835
Constituição da reserva incentivos fiscais	(167.976)	(250.643)
Constituição da reserva legal	(8.841)	(13.192)
<b>Base de cálculo para distribuição de dividendos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS conforme decreto 19.714/2014 da Sefaz – MA. A reserva é constituída com base nas normas contábeis e a mesma não pode ser distribuída ou capitalizada pelos acionistas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

## 16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

### a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	174.988	262.221
Adições e exclusões temporárias	5.428	4.603
Incentivos Fiscais	(416.523)	(428.563)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(236.107)	(161.739)
IR e CSLL às alíquotas vigentes (25% e 9%)	-	-
Adicional - imposto de renda	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Taxa efetiva	-	-

### b) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referente aos tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para serem compensados.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos de 2016, registrados nos ativos:

Ativos	2017	2016
Provisão para perdas nos estoques	-	-
Provisão para contingências	(1.780)	2.831
Provisão de créditos de liquidez duvidosa	7.157	1.915
<b>Total</b>	<b>5.377</b>	<b>4.746</b>
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	<b>34%</b>	<b>34%</b>
<b>Total do IRPJ e da CSLL diferidos</b>	<b>1.828</b>	<b>1.614</b>

A estimativa de recuperação do saldo ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais está diretamente relacionada com a relação das provisões a que estão relacionadas.

## 17. Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Mercadoria de revenda</b>	<b>5.398.103</b>	<b>5.189.659</b>
<b>( - ) Deduções da receita</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
ICMS	(67.759)	(61.630)
Cofins	(199.959)	(185.261)
PIS	(43.399)	(40.205)
Devoluções	(604.224)	(675.374)
<b>Receita líquida total</b>	<b>4.482.762</b>	<b>4.227.189</b>



Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à Cofins (alíquota de 0% ou 7,6%).

## 18. Custos e despesas por natureza

### a) Custo

	31/12/2017	31/12/2016
Custo da revenda	(4.011.311)	(3.760.185)
Bonificações e verbas	128.621	162.753
<b>Total</b>	<b>(3.882.690)</b>	<b>(3.597.432)</b>

### b) Despesas administrativas e gerais

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	(149.909)	(140.540)
Acordos trabalhistas	(892)	(3.883)
Depreciação	(21.778)	(18.798)
Água, luz e telefone	(5.982)	(5.222)
Fretes e transportes	(70.076)	(66.206)
Material de consumo	(8.997)	(8.871)
Serviços prestados	(41.216)	(33.361)
Impostos e taxas	(10.843)	(8.860)
Seguros	(2.259)	(3.386)
Viagens e treinamentos	(8.147)	(5.717)
Aluguéis e condomínios	(26.426)	(20.117)
Despesas gerais	(29.596)	(18.306)
<b>Total</b>	<b>(376.121)</b>	<b>(333.267)</b>

## 19. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF	(389)	(348)
Juros de empréstimos e financiamentos	(34.633)	(24.308)
Despesas bancárias	(17.605)	(13.814)
Percentual cartão de crédito	(12)	-
Perda financeira	(6.462)	(1.611)
	<b>(59.101)</b>	<b>(40.081)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros recebidos	8.533	5.757
Deságio do precatório	79	1.635
Juros aplicações financeiras	152	29
Variação cambial	64	55
Outras receitas financeiras	-	-
Descontos financeiros obtidos	-	-
	<b>8.828</b>	<b>7.476</b>
<b>Efeito líquido de resultado financeiro</b>	<b>(50.273)</b>	<b>(32.605)</b>

## 20. Subvenções governamentais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia fez jus a R\$ 167.976 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2016: R\$ 250.643).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- (a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados;
- (b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação;
- (c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A subvenção estadual esta descrita a seguir:

### 20.1. CEGAT (Estado do Maranhão)

O Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS conforme decreto 19.714/2014 da Sefaz – MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 29,41% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais. Abaixo, segue quadro resumo dos incentivos estaduais constituídos:

	Beneficio Incentivos fiscais	Reserva de incentivos fiscais
2012	46.100	(46.100)
2013	82.021	(82.021)
2014	94.832	(94.832)
2015	117.535	(117.535)
2016	250.643	(250.643)
<b>Total</b>	<b>591.131</b>	<b>(591.131)</b>
2017	167.976	(167.976)
<b>Total</b>	<b>167.976</b>	<b>(167.976)</b>

O saldo acumulado em 2016 de R\$ 591.131 foi utilizado em sua totalidade para integralização de capital social, de acordo com a AGE realizada em 18 de agosto de 2017.

## **21. Perdas operacionais**

A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.

A Companhia monitora estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência.

## **22. Gestão de riscos e instrumentos financeiros**

### **a) Considerações gerais e políticas**

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada através de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

#### **Aplicações financeiras**

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

### **b) Gestão de risco financeiro**

#### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

**b.1) Risco de mercado**

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

**i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

**b.2) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação através de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

**c) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

**23. Cobertura de seguros**

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

\* \* \*



---

[grantthornton.com.br](http://grantthornton.com.br)

© 2018 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados.

"Grant Thornton" é referência à marca pela qual as firmas membro Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria a seus clientes e/ou refere-se a uma ou mais firmas membro, conforme o caso. Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas membro não constituem uma sociedade mundial. A GTIL e cada firma membro é uma entidade legal separada. Serviços são prestados pelas firmas membro. A GTIL não presta serviços a clientes. A GTIL e suas firmas membro não são agentes um dos outros e não se responsabilizam por atos ou omissões um dos outros.